

Sarney grava discurso hoje

Ainda há dúvida sobre quando a fala será levada ao ar

O presidente José Sarney gravará hoje, a partir das 15h30, no Palácio da Alvorada, o pronunciamento à Nação, que poderá ser levado ao ar hoje mesmo ou amanhã, lançando as bases de um novo pacto político. Na sua fala, Sarney anunciará importantes medidas, entre as quais a aprovação das Zonas de Processamento para a Exportação (ZIEs), um programa de privatização das estatais e investimento de 80 por cento do total correspondente à convenção da dívida externa nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

"O pronunciamento do presidente Sarney deve ser interpretado como o marco inicial de sua administração pois até hoje ele governou com uma estrutura herdada do ex-presidente Tancredo Neves que funcionou, até aqui, como uma camisa de fora", observou, ontem, uma fonte categorizada do Palácio do Planalto.

Segundo essa fonte, isto ficará claro em certo momento da fala presidencial, quando Sarney dirá claramente que soe agora tem condições para realizar o pacto que há muito pretendia, que a sociedade esperava, mas que os partidos não deixaram. Dirá, também, textualmente, que precisa de liberdade para escolher e governar e não aceitar a imposição dos partidos.

Durante seu discurso Sarney ratificará a posição que assumiu no dia 18 de maio, a favor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos. E argumentará ainda que a Constituição que convocou a Assembleia Nacional Constituinte é a que está em vigor, e mudar as regras do jogo seria um golpe. Vai dizer ainda que a assinatura do documento define o compromisso e a adesão com o seu governo. Quem não aderir está contra o seu governo, será oposição.

Segundo porta-voz da Presidência da República,

Antônio Frota Neto, o Presidente vai lamentar o fim da Aliança Democrática, fazer um balanço das realizações de sua gestão e lançará o programa mínimo de seu governo.

Frota Neto que despachou longamente ontem com Sarney disse que naturalmente o Presidente está tenso "mas determinado a fazer o seu projeto de Governo". Disse que não há mais concessões a serem feitas; mas em política, "o processo de negociação é permanente".

REFORMA

Até o final da próxima semana a reforma ministerial, baseada na nova correlação de forças do novo pacto político estará concluída. Foi o que garantiu, ontem, importante assessor político do Palácio do Planalto. Segundo ele, pela avaliação atual, inicialmente o governo não terá a maioria do Congresso Nacional, mas há uma certeza de que muito rapidamente contará com o apoio "certo e seguro, e não apenas circunstancial", de pelo menos 280 parlamentares.

A fonte informou que o presidente José Sarney vai aproveitar o final de semana para "amarrar" a nova estrutura de seu ministério, o primeiro escolhido pessoalmente por ele, representando o espectro do apoio político que terá.

DOCUMENTO

Mandato presidencial de cinco anos e garantia de que os atuais poderes do chefe de governo serão preservados integralmente — adiando a implantação do parlamentarismo, portanto, para 1991.

Este é o principal trecho político do documento que o presidente José Sarney apresentará à Nação, e cujo conteúdo foi revelado ao deputado Ulysses Guimarães durante encontro realizado segunda-feira no Palácio da Alvorada. Na ocasião, o Presidente teria reivindicado ainda "mãos livres" para recompor o seu ministério, sem a ingerência dos partidos políticos.

EUGENIO NOVAES



No aniversário de Ulysses, ontem, o abraço do presidente Sarney

Aureliano se decide após ouvir diretório

O presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves — o principal criador do partido da Aliança Democrática e padrinho da candidatura José Sarney na chapa Tancredo Neves — aguarda, com serenidade o pronunciamento do presidente Sarney para depois decidir, com os pefelistas, qual o caminho a tomar.

Favorável à imediata convocação do diretório nacional, das bancadas do PFL na Constituinte, dos dirigentes regionais e até líderes do partido nas Assembleias Legislativas, Aureliano Chaves quer ver o pronunciamento de Sarney amplamente debatido por seus companheiros. E, se o discurso não agradar, o PFL deve antecipar sua convenção nacional — marcada para 29 de novembro — para decidir o rompimento coletivo com o governo.

Até que isto venha a acontecer, entretanto, o ministro das Minas e Energia já avisou claramente a seus companheiros, inclusive aos demais ministros do PFL no governo, que não pretende adotar renúncia unilateral e nem constranger o presidente Sarney com outras surpresas desagradáveis, como se o partido não tivesse responsabilidade desde o início pela Aliança Democrática, agora terminada, e pela existência e estabilidade do próprio governo Sarney. E, portanto, não pode sair "por motivo de menor grandeza".

Aureliano Chaves, em reunião recente com a cúpula do PFL em seu apartamento, foi claro em explicar que o partido e ele pessoalmente têm responsabilidades e compromissos com o País, que não podem ser esquecidos e nem substituídos de uma hora para a outra. Ele diz, tam-

bém, que o PFL é um partido organizado em todo o território nacional e que os seus dirigentes precisam ser ouvidos, no Congresso, nas Assembleias Legislativas e nos diretórios regionais, para exprimir seu pensamento a respeito do fim da Aliança Democrática, do programa mínimo do presidente Sarney e dos rumos futuros a serem tomados pelo partido.

Nas conversas particulares, com seus amigos mais chegados, o ministro das Minas e Energia deixa claro que pretende seguir aquilo que o partido decidir sobre sua linha política, caso se chegue à convenção nacional antecipada. E se essa possível convenção optar pelo afastamento do partido do governo que ajudou a formar e que integra desde o começo, Aureliano já disse que se sentirá livre, fora do Ministério das Minas e Energia, para escolher seu caminho "entre diversas opções".

Neste caso, se tal hipótese vier a se concretizar, Aureliano Chaves, já despedido do cargo de ministro, deseja percorrer o Brasil de Norte a Sul, numa grande campanha cívica, quando pretende falar claramente seu pensamento sobre dívida externa, dívida interna, questões sociais e políticas, política salarial, empresas estatais, reforma agrária e outros temas de interesse nacional.

Aureliano Chaves costuma dizer: "Serei um escoteiro correndo o País, até para conhecer a verdadeira dimensão do meu escotismo...". Mas em vez de aprofundar esse tema, que pode ou não ocorrer, o ministro prefere enfatizar que sua atitude é de expectativa diante do pronunciamento do presidente Sar-

ney que, na sua opinião, só pode ter dois efeitos: "Agradar ou não ao PFL. O partido, reunido, deve decidir então o que fazer, caso agrade ou não nos agrade a fala presidencial".

Mais que ninguém, Aureliano Chaves sabe de suas responsabilidades muito especiais na Nova República e no governo Sarney. Afinal, foi ele quem abriu a dissidência do PDS, levando ao então governador Tancredo Neves, no Palácio da Liberdade, documento firmado por 34 deputados pedessistas comprometendo-se a votar em seu nome no Colégio Eleitoral. Foi esse aval, calcado nas assinaturas dos deputados e na palavra de Aureliano, que animou Tancredo a deixar o governo de Minas Gerais, pois se convenceu de que a vitória seria certa no Colégio Eleitoral. Foi o mesmo Aureliano Chaves quem exigiu, para formalizar o apoio, que o então senador José Sarney viesse a ocupar a vice-presidência da República, contrariando os desejos do PMDB e do próprio Tancredo, que tinham outras preferências.

Com todo esse passado, Aureliano Chaves acha que não deve ter rompimento político com Sarney, muito menos de surpresa. Deixará o governo que ajudou a criar, se esta vier a ser uma decisão do partido do qual é presidente de honra. Mas, desde logo, adotou consigo mesmo dois compromissos nessa decisão: Primeiro: será o último a votar, para que alguém não diga que votou "para seguir o Aureliano". Segundo: em qualquer hipótese, sua decisão será anunciada em Minas Gerais, nunca em Brasília.

Presidente quer PMDB mais claro

O presidente José Sarney deixou transparecer ontem em conversa com o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que "o PMDB tem de colocar com mais clareza a sua proposta programática, política e ideológica", para que tenha condições de tomar um posicionamento a respeito do apoio do partido. Para Moreira, que saiu visivelmente irritado do encontro, cabe aos peemedebistas apresentarem agora suas propostas para o futuro, considerando legítima a decisão do Presidente de propor o seu programa mínimo de governo, já que a transição democrática terminou com o rompimento da Aliança.

O governador revelou que viu o documento, mas não teve a oportunidade de conhecer seu conteúdo. Sarney alegou que primeiro vai entregá-lo ao deputado Ulysses Guimarães presidente do PMDB, para a seguir encaminhá-lo para os governadores.

Quércia diz que mandato será incluído

SIMON WIDMAN
Da Sucursal

São Paulo — O presidente José Sarney, em seu pronunciamento à nação deverá defender a necessidade de ser mantido seu mandato de cinco anos, mesmo que a Constituinte estabeleça um prazo de governo diferente, que valeria para os próximos presidentes da República. Essa informação foi fornecida ontem pelo governador Orestes Quércia, que a ouviu do deputado Ulysses Guimarães, a quem telefonou para cumprimentá-lo por seu aniversário.

O governador paulista disse conhecer, em linhas gerais, o teor do documento, semelhante à primeira versão que ele já leu. No novo texto, assinalou, foram incluídas algumas sugestões suas, mas não quis revelar quais são. Quércia, talvez não por mera coincidência, estará em Brasília esta noite, quando Sarney fizer seu pronunciamento em rede nacional. Ele janta com a bancada federal do PMDB de São Paulo e, se coincidirem os horários, vai se encontrar com Ulysses.

GOVERNADORES

Quércia também informou que a reunião de governadores peemedebistas foi finalmente marcada para o próximo dia 15, no Rio de Janeiro. A data ficou acertada depois de uma conversa telefônica com Moreira Franco, governador do Rio, quando concluíram que nesse dia a agenda dos participantes estava vaga. O encontro servirá para tratar da reforma tributária. Mas os temas políticos, diante dos últimos acontecimentos, deverão centralizar as conversas. Quércia admitiu que será debatida a conjuntura do País além de um documento do governador Miguel Arraes, que faz propostas para o novo papel reservado ao PMDB.

Festa toma conta do dia

A política, ontem, não teve vez na residência oficial da Presidência da Câmara. O deputado Ulysses Guimarães passou todo o dia em casa, onde recebeu, à noite, a visita do presidente José Sarney que, acompanhado de dona Marly, chegou às 19h55 "apenas para dar um abraço no doutor Ulysses". Aíu meia hora depois, em silêncio.

Afinal, como disse Ulysses Guimarães, "a política hoje está de férias". Ele reservou o dia ontem para receber familiares e amigos, que de manhã à noite o visitaram, cumprimentando-o pelo aniversário (71 anos de vida), comemorado no restaurante Phtella.

Ulysses, que almoçou com os ministros Raphael de Almeida Magalhães e Renato Archer, disse que "o maior presente que recebi foi ter a casa cheia durante todo o dia". A emoção, confessou, ficou por conta do "meu neto, o Paulinho, que fez aniversário junto comigo".

PFL discute seus pedidos

O PFL discutirá amanhã, na reunião de sua Executiva, documento solicitando ao Presidente da República que promova reforma administrativa imediata, puna os corruptos exemplarmente, reduza os ministérios civis e adote uma política que permita a liberação progressiva da economia.

O documento, assinado por dezenas de parlamentares, entre os quais o ex-ministro Jorge Bornhausen (SC) e o deputado Saulo Queiroz (MS), secretário-geral do Partido, adverte que o PFL continuará apoiando o projeto de transição democrática, tendo ou não representantes no ministério.

Mostrou-se também gratificado com a visita do presidente José Sarney — "Foi um gesto de grande carinho, dele e de dona Marly" — e com os telefonemas recebidos, de Roseana Sarney e de "praticamente todos os governadores".

A tarde, o presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB recebeu as visitas do governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, dos ministros Raphael de Almeida Magalhães e Abreu Sodré, e do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique.

O líder do PMDB, aliás, foi o primeiro a ser informado da conversa que o presidente do seu partido teve com o presidente José Sarney, sobre o documento que o Palácio do Planalto pretende submeter à apreciação das lideranças do PMDB e do PFL: Ulysses telefonou para ele assim que deixou o Palácio da Alvorada.

O documento do PFL pede imediata e ampla reforma administrativa, programa prioritário e imediato de privatização, e prévia autorização legislativa para obras e investimentos no valor superior a Cr\$ 500 bilhões. Propõe ainda tratamento unificado para o orçamento fiscal, monetário, previdenciário e das estatais. Outras propostas são: revisão da política tributária, renegociação da dívida externa, adoção de uma política que permita a liberação progressiva da economia, desenvolvimento de uma política agrícola, reforma agrária efetiva e política de atendimento à pobreza.